



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 140/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 016/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATIVIDADE CULTURAL LÚDICO PEDAGÓGICA COM A ESCRITORA E CONTADORA DE HISTÓRIAS LÉIA CASSOL, PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA/RS, NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2022.

CONTRATADA: EDERLÉIA NAGEL DOS SANTOS ME

CNPJ Nº: 42.729.135/0001-32

ENDEREÇO: Rua Lindolfo Collor, 439, Apto 802, Bairro Centro, em São Leopoldo/RS, CEP: 93.010-080.

VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:

O presente processo de inexigibilidade de licitação, tem por finalidade a contratação de atividade cultural lúdico pedagógica com a escritora e contadora de histórias Léia Cassol, para os alunos do Município de Barra Funda/RS, no dia 25 de novembro de 2022.

Através da contratação da referida empresa teremos a realização de atividade cultural lúdico pedagógica, de forma presencial, dividida em quatro momentos, atendendo aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, conforme proposta apresentada.

A contratação da empresa permite ao Município manter sua tradição em ofertar acesso à cultura gratuitamente.

FUNDAMENTO DA INEXIGIBILIDADE - JUSTIFICATIVA:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Dentre as ressalvas permitidas pelo texto constitucional, a Lei nº 8.666/93 elencou, como não poderia deixar de ser, a inexigibilidade de licitação, isto é, a hipótese em que a realização de licitação é impossível, por exemplo, por não ser viável a estipulação de critérios objetivos para julgamento de propostas dos eventuais interessados em contratar com a Administração Pública.

Haverá também situações em que, ainda que a Administração Pública queira um produto artístico a ser elaborado sob demanda, não estará obrigada a realizar licitação. E tal se dará exatamente quando se pretenda a contratação de um específico artista. Veja-se que, aqui, há uma escolha discricionária da Administração Pública: não basta que seja um produto elaborado por um artista qualquer, onde apenas a qualidade do produto artístico em si (trabalho) seria levada em consideração quanto ao julgamento do desempenho do artista, hipótese em que caberia o concurso, mas, de outro modo, pretende-se que o trabalho seja elaborado por um artista específico, para que a obra leve o seu nome e as características específicas que decorrem de sua personalidade e de seu modo de fazer arte. Desde que se trate de **artista consagrado**, como exige o inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666, este direcionamento da contratação é plenamente possível, sob os prismas de constitucionalidade e legalidade, pois não se estará violando os princípios de impessoalidade e moralidade da Administração Pública, em razão da própria natureza das coisas, no sentido de que cada artista é singular.

A lei não pode ignorar, nem ignora, a realidade, ou seja, o talento individual, a genialidade e/ou a fama de cada artista, as características, histórico e valor cultural do conjunto da obra de um artista, enfim, a consagração que cada artista alcança perante a sociedade em geral e/ou crítica especializada. É contratação *intuitu personae* não por violação ao princípio da impessoalidade, mas porque não pode ser diferente, pois não se teria o mesmo resultado.

A lei não exige a sofisticação artística. Para fins jurídicos, tanto faz se contratação de uma dupla de cantores do interior do Brasil sem maior formação musical ou *Berliner Philharmoniker*. É válida a contratação, por inexigibilidade de licitação, de artista consagrado em determinada região do país, pelo público, inclusive pelo objetivo constitucional de valorização da diversidade étnica e regional (inciso V, § 3º, do art. 215 da CF/88, pós EC nº 48/2005). De igual modo, mesmo que se trate de um artista ignorado pelo grande público, ou pelo público de uma região, sua contratação por inexigibilidade de licitação será válida se tal artista tiver aprovação da crítica especializada.

Assim, a contratação da empresa **EDERLÉIA NAGEL DOS SANTOS ME**, por trazer consigo a realização de atividades culturais lúdico pedagógica pela escritora e contadora de histórias Léia Cassol, por esta ser uma escritora consagrada, encontra amparo legal no inciso III, do Art. 25 da Lei 8.666/93.

A contratação do inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93 pode dar-se diretamente com o artista ou, como facultado pelo dispositivo legal, através de empresário exclusivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE BARRA FUNDA

FUNDAMENTO LEGAL:

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 25, inc. II e § 1º da Lei nº. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a Inexigibilidade de licitação:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

...

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(...)”

Leciona Marçal Justen Filho:

“A atividade artística consiste em uma emanção direta da personalidade e da criatividade humanas. Nessa medida, é impossível verificar-se identidade de atuações. Isso não impede, porém, eventual comparação entre as performances artísticas. O concurso consiste, muitas vezes, em competição entre artistas para seleção do melhor desempenho. Quando houver interesse de premiação da melhor performance em determinada área das artes, a Administração Pública deverá valer-se do concurso disciplinado na Lei nº 8.666. Assim, por exemplo, a escolha de uma composição musical para símbolo de instituições públicas poderá ser produzida através de um concurso com premiação para a melhor obra.

Mas há casos em que a necessidade estatal relaciona-se com o desempenho artístico propriamente dito. Não se tratará de selecionar o melhor para atribuir-lhe um destaque, mas de obter os préstimos de um artista para atender certa necessidade pública. Nesses casos, torna-se inviável a seleção através de licitação, eis que não haverá critério objetivo de julgamento. Será impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as diferentes performances artísticas. Daí a caracterização da inviabilidade de competição.”

RAZÕES:

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

Paragrafo Único:

II - razão da escolha do fornecedor ou executante.

A escolha da empresa **EDERLÉIA NAGEL DOS SANTOS ME**, deve-se ao fato da empresa ser a representante da escritora e contadora de histórias Léia Cassol.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

DO PREÇO:

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

III - justificativa do preço

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação/aquisição sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

A matéria vista no art. 25 da Lei nº 8.666/93 dispõe sobre as hipóteses de Inexigibilidade de Licitação, onde a Administração pode contratar diretamente sem ter que se submeter ao protocolo das modalidades tradicionais e recomendadas, quando é inviável a competição.

Justifica-se a presente Inexigibilidade de Licitação pela necessidade do Município de realizar atividades culturais, de incentivo à leitura, lúdico pedagógicas. A contadora de histórias e escritora de Literatura Infanto-juvenil Léia Cassol diferencia-se pelo seu currículo, pelas suas obras literárias exclusivas e pelo seu jeito único de encantar ao público.

BARRA FUNDA/RS, 21 DE OUTUBRO DE 2022.

MÁRCIA LUDWIG HENIKA,
Setor de Compras/Licitações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 140/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 016/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATIVIDADE CULTURAL LÚDICO PEDAGÓGICA COM A ESCRITORA E CONTADORA DE HISTÓRIAS LÉIA CASSOL, PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA/RS, NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2022.

CONTRATADA: EDERLÉIA NAGEL DOS SANTOS ME

CNPJ Nº: 42.729.135/0001-32

ENDEREÇO: Rua Lindolfo Collor, 439, Apto 802, Bairro Centro, em São Leopoldo/RS, CEP: 93.010-080.

VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

À vista de exposição do responsável pela solicitação, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

- (X) Homologo a contratação.
() Indefiro a realização da despesa.

BARRA FUNDA/RS, 21 DE OUTUBRO DE 2022.

MARCOS ANDRÉ PIAIA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 140/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 016/2022

PARECER

Entendo sob as penas da Lei, que o Edital do Processo licitatório de Contratação em epígrafe, atendeu a todas as formalidades legais constantes na legislação em vigor em especial a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

BARRA FUNDA/RS, 21 DE OUTUBRO DE 2022.

ASSESSORIA JURÍDICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 140/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 016/2022

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, amparado no parecer exarado pela assessoria jurídica, resolve:

1. Autorizar a contratação nos seguintes termos:

- a) Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei nº. 8.666/93.
- b) Objetivo: **CONTRATAÇÃO DE ATIVIDADE CULTURAL LÚDICO PEDAGÓGICA COM A ESCRITORA E CONTADORA DE HISTÓRIAS LÉIA CASSOL, PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA/RS, NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2022.**

2. Autorizar o Empenho das despesas resultantes da presente contratação nas dotações pertinentes.

0603 12 361 0067 2022 339039 00000000 1303

Por fim, que seja encaminhado ao setor de licitações e contratos para elaboração da minuta de contrato.

BARRA FUNDA/RS, 21 DE OUTUBRO DE 2022.

MARCOS ANDRÉ PIAIA
PREFEITO MUNICIPAL